

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 11/2015

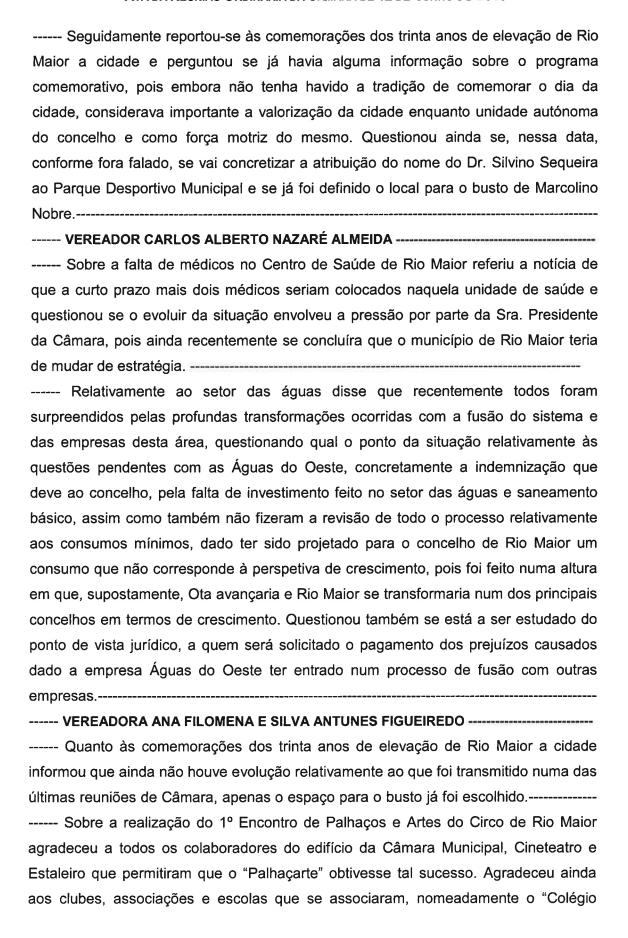
Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões
da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara
Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo
Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso,
Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel
Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS
A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Fernando
Frazão Correia por se encontrar de férias
Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente da Câmara
deu início aos trabalhos da presente reunião.
Antecedendo o período antes da ordem do dia propôs a discussão e votação de
dois votos de louvor, um aos Atletas e Equipas Riomaiorenses e outro relativo a
"Palhaçarte" - 1º Encontro de Palhaços e Artes do Circo de Rio Maior. que leu (anexo
1 e 2)
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Sobre o 1º Encontro de Palhaços e Artes do Circo de Rio Maior congratulou-se
com a iniciativa que envolveu as crianças e as famílias, opinando que esta iniciativa se
deve repetir. Enalteceu também o envolvimento da população sénior
Colocado a votação, o Voto de Congratulação pelos resultados obtidos por
Atletas e Equipas Riomaiorenses foi aprovado por unanimidade dos presentes
(anexo 1).
Colocado a votação, o Voto de Congratulação ao "Palhaçarte" – 1º Encontro de
Palhaços e Artes do Circo de Rio Maior foi aprovado por unanimidade dos presentes
(anexo 2)
(anexo 2) PRESIDENTE DA CÂMARA

vinte e dois de junho, pelas quinze horas, dado a realização da Assembleia Municipa
no dia vinte e sete de junho
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
APROVAÇÃO DE ATAS
Foram colocadas a discussão e votação as atas nºs 8/2015 e 9/2015 referentes
às reuniões ordinárias de 21 de abril e 8 de maio, respetivamente
Aprovada a ata nº 8/2015, datada de 21 de abril por unanimidade dos presentes
Aprovada a ata nº 9/2015, datada de 8 de maio por maioria com a abstenção da
Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, por não ter estado presente na
reunião
DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA
A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ac
dia anterior eram as seguintes:
Operações Orçamentais: quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e nove
euros e sessenta e dois cêntimos
Operações não Orçamentais: Cento e Sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e
nove euros e dezoito cêntimos
ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO
PCP - PROJETO LEI RELATIVO A "REGULAÇÃO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO
DAS UNIDADES DE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO
AMPV - VINHOS PORTUGUESES EM DESTAQUE NO CONCURSO INTERNACIONAL "LA
SELEZIONE DEL SINDACO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA (ANSR) PLANOS MUNICIPAIS
DE SEGURANÇA
ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR - PROJETO DISTINGUIDO NA IX MOSTRA DE
CIÊNTISTAS E INVESTIGADORES
A Presidente apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a
documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Reportou-se aos dados apresentados pela Associação Nacional de Sinistralidade
Rodoviária e referiu que cerca de quarenta por cento dos acidentes têm origem na
Lezíria do Tejo, verificando-se uma parte significativa nas zonas municipais,
recordando a propósito os tempos em que a EN 1 Asseiceira/Alto da Serra era dos
pontos mais negros a nível de acidentes rodoviários do País. Opinou que ainda há

muito para fazer relativamente à Segurança Rodoviária, salientando os problemas verificados na EN114 e no IC2. Terminou este assunto referindo a urgência na elaboração dos Planos de Segurança Rodoviária, particularmente nas estradas
municipais
Sobre o Projeto-Lei relativo à regularização dos Horários de Funcionamento das
Unidades de Comércio e Distribuição, salientou a importância de ter deputados na
Assembleia da República que trabalham em áreas concretas e este projeto visa a
defesa do trabalho com direitos, algo que não soa bem para este Governo. Salientou o
trabalho desenvolvido pelo único deputado eleito pelo distrito, em todos os
Concelhos
Terminou a intervenção congratulando-se com o êxito alcançado pela Quinta da
Badula na área dos Vinhos Portugueses e ainda com o êxito alcançado pela Escola
Profissional de Rio Maior nos projetos das ciências e investigação
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Congratulou-se pela distinção obtida, mais uma vez, pela Quinta da Badula na
área da produção vinícola, premiando todo o esforço que é feito na produção de vinho
no Concelho de Rio Maior
Regozijou-se com o prémio alcançado pela Escola Profissional de Rio Maior, que
prestigia e dá continuidade ao objetivo para que foi criada conquistando referências
nos concursos de novas ideias. Endereçou os parabéns à escola e aos alunos
Sobre os Planos de Segurança Rodoviários opinou que não serão os planos
municipais que resolverão todas as questões de segurança, considerando que, caso a
utilização das autoestradas fosse mais acessível para todos, isso contribuiria para que
circulasse menos trânsito nas estradas nacionais e municipais. Deu o exemplo da
EN114 que funciona como corredor urbano quer para Sul, Rio Maior/Santarém, quer
para Norte, Rio Maior/Caldas da Rainha. Ao melhorar as condições deste troço isso
contribuirá para o aumento de tráfego e os peões que ali circulam continuem a não ter
segurança. Opinou que deveria haver um estudo sobre o volume de tráfego que, por
questões financeiras, é desviado para estradas nacionais
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Acrescentou à intervenção feita que, havendo portagens o tráfego intensifica-se
nas estradas nacionais e municipais e espera que o Vereador Carlos Nazaré
subscreva a petição relativa ao "não às portagens na A15, A3 e A23", interposta pelos
utentes do distrito de Santarém. Opinou que deve haver um Plano de Segurança
porque se estiver bem elaborado pode ajudar. Considerou que tem de haver estudos

mais aprofundados sobre esta matéria e que salvaguardem a segurança dos peões.
Referiu que as parcerias público-privadas hipotecaram o País em determinadas áreas
até dois mil e quarenta e concorda que as autoestradas que servem de ligação ao
interior fossem isentas desse pagamento
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Disse não acreditar que as portagens acabem e considerou que fazer um abaixo-
assinado sobre esta matéria será uma perda de tempo. Referiu que defendia um custo
de utilização mais justo e que a cobrança devia ser de acordo com os quilómetros
utilizados. Referiu ainda que as autoestrada do interior cada vez são menos utilizadas,
opinando que todo o processo deva ser repensado
PRESIDENTE DA CÂMARA
Referiu que não seria acabar com as portagens, mas tornar mais acessível o
princípio do utilizador pagador
VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
Começou por dizer que concordava com a intervenção feita pelo Vereador
Augusto Figueiredo sobre segurança rodoviária, pois uma autoestrada vazia não faz
sentido e, ou se encerra, ou se criam mecanismos promocionais e de incentivo
permitindo que as pessoas tenham condições mais vantajosas para as utilizar. Aditou
que, tudo o que poder ser feito em sede autárquica, com a colaboração daqueles que
gerem as autoestradas, para incentivar os potenciais utilizadores a serem reais
utilizadores, é de louvar.
Seguidamente congratulou-se pelo facto de empresas do concelho e marcas de Rio
Maior serem premiadas, no entanto referiu que na festa de Natal da Autarquia o vinho
que foi servido não era de Rio Maior, opinando que em momentos simbólicos de união
da comunidade, torna-se muito importante a Câmara exigir produtos do concelho, pois
a partir daí pode despoletar novos consumos, promovendo as empresas e com isso
contribuir para a criação de emprego
PRESIDENTE DA CÂMARA
Informou que o vinho oferecido aos colaboradores da Câmara Municipal na festa
de Natal era de Rio Maior
Sobre os Planos de Segurança Rodoviária referiu que a Lezíria do Tejo em
conjunto com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária foi pioneira na
assinatura do protocolo com os onze municípios, pensando nesta sub-região em
termos de segurança e redução da sinistralidade

Sobre as questões relativas às autoestradas é algo que ultrapassa a autarquia,
no entanto poder-se-á estudar essa matéria
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Solicitou informação do relatório da fiscalização sobre a descarga de águas da
lavagem de depósitos de vinho para a Ribeira de S. Gregório, o que já solicitara na
última reunião
Perguntou qual o ponto da situação relativamente ao projeto e às obras na
EN114, no troço entre o acesso à portagem e o Gato Preto
Questionou se já havia alguma evolução quanto ao Plano Diretor Rodoviário
Nacional face à repavimentação e às questões de segurança rodoviária que estão a
levantar graves problemas na ligação entre Asseiceira e o Alto da Serra
Reportou-se ao calcetamento ou requalificação dos passeios junto aos cafés
"Primavera" e "Castiço" e perguntou qual o ponto da situação
Relativamente ás questões de saúde perguntou se houve algum desenvolvimento
e ainda quem tem assegurado o apoio médico à União de Freguesias de S. João da
Ribeira e Ribeira de S. João
Ainda no uso da palavra deu conhecimento de mais um assalto verificado na
freguesia de Asseiceira, junto ao lavadouro público e solicitou à autarquia que, no
âmbito da sua influência e capacidade de proteger os cidadãos, exigisse às
autoridades uma maior vigilância de proximidade e que se pense rapidamente no novo
conceito de segurança, com ações pedagógicas no sentido de que a vizinhança é o
elemento fundamental para a segurança de proximidade e também exigir ao Governo
os meios necessários para que as entidades competentes possam atuar,
Referiu-se ainda às transferências para as Juntas de Freguesia e solicitou por
escrito a proposta do executivo sobre esta matéria, pois existiam informações
contraditórias
Finalizou a intervenção referindo a concretização da venda da TAP por um valor
irrisório, cinquenta por cento do orçamento da Câmara, o que a todos devia fazer
refletir, pois se a empresa estava mal quem os nomeou para a gerência foram os
mesmos que agora a vendem. Lamentou a gestão danosa que tem sido feita que
obriga a repensar que a política deste governo não é para defender os interesses de
Portugal e dos Portugueses
VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO
Começou por perguntar quais as atividades e a dinâmica criada em torno do dia
de Rio Maior na Feira Nacional da Agricultura



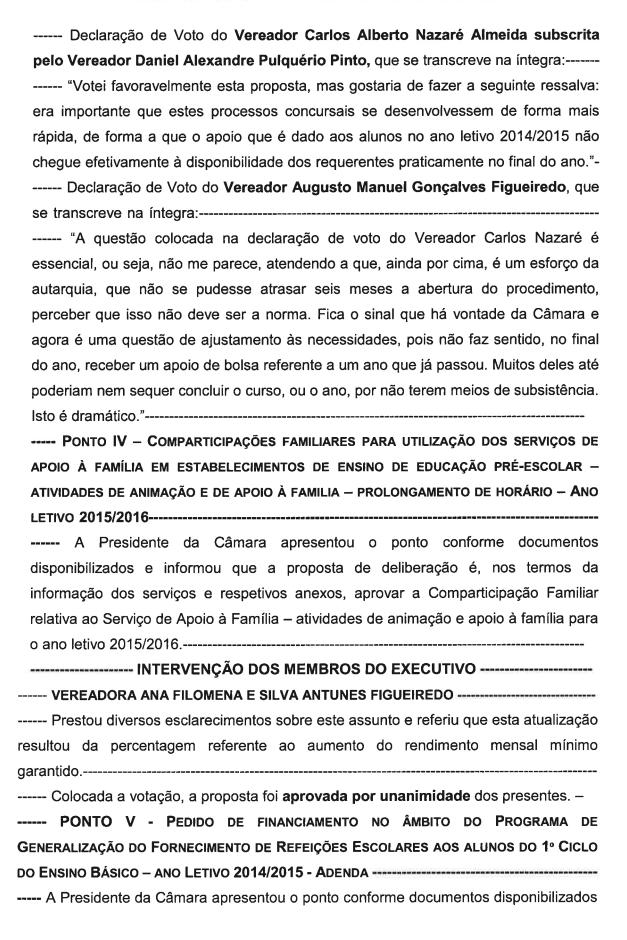
Aguas Férreas". Aditou que foi indispensável a participação do "Palhatiko", pois sendo
ele do meio artístico, algumas das atuações a que houve a oportunidade de assistir
foram a título gratuito
Sobre a realização do mercadinho "Romano" uma iniciativa da autarquia e
dinamizada pelos técnicos da Casa Senhorial, disse que a mesma só foi possível
devido á participação de Turmas das Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva,
Escola Secundária e Colégio Alto Pina e Agrupamento 403 dos Escuteiros de Rio
Maior. Referiu ainda que os Riomaiorenses quando querem, sabem ser unidos, e
frisou a prestimosa colaboração de voluntários da Casa Senhorial que trabalharam
durante a noite na confeção de vestuário, da moedinha de troca e outros artefactos
criados para o efeito
VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO
Disse não ser seu hábito falar de temas nacionais, mas perante as afirmações
feitas pelo Vereador Augusto Figueiredo sobre o valor de venda da TAP, considerou
que também deveria ter dito que a empresa tem uma dívida de dois mil milhões de
euros
Continuou a intervenção reportando-se ao ranking dos municípios de 2015 que
analisa o seu desempenho socioeconómico salientando que Rio Maior ocupa a décima
terceira posição entre os cinquenta e oito municípios da região Alentejo. Aditou que,
ao analisar a vertente económica, verifica-se que Rio Maior ocupa o terceiro lugar,
com uma subida, em termos empresarias, de vinte e oito por cento, o que reflete
também todo o apoio dado pela Câmara Municipal, ao setor empresarial, com
destaque para a criação do Centro de Negócios e Inovação. Disse ainda que no
âmbito nacional o município de Rio Maior subiu treze lugares, contribuindo para isso o
nível de desemprego verificado que é metade da média nacional. Terminou referindo
que, apesar de todas as dificuldades verificadas, o concelho de Rio Maior está a dar
uma resposta positiva
PRESIDENTE DA CÂMARA
Sobre o dia de Rio Maior na Feira da Agricultura informou que foram convidados
empresários locais para exporem os seus produtos, nomeadamente mel, queijo, azeite
vinhos da Quinta da Badula, entre outros. Referiu também a presença naquele espaço
do Ministro do Desenvolvimento Regional, Poiares Maduro, que gostou muito das
magens relativas às Salinas e uma das fotografias da feira que partilhou na sua
página do facebook, foi com as colaboradoras da autarquia, vestidas de romanas.
Disse ainda que tivera oportunidade de transmitir que, no âmbito das candidaturas ao

Portugal 2020, uma das prioridades elencada foi a requalificação da Villa Romana
Quanto às descargas na Ribeira de S. Gregório os serviços fizeram uma
informação sobre a situação e que foi enviada ao infrator
Relativamente às obras na EN 114 ainda não houve evolução do processo,
aguardando-se resposta por parte da EP
No que respeita aos calcetamentos informou que a Câmara Municipal abriu
concurso para um calceteiro o qual está em fase final
Sobre a questão da saúde na Freguesia de S. João da Ribeira e Ribeira de S.
João aguarda-se uma reunião com os responsáveis, para, em conjunto, se tentar
encontrar uma solução para os utentes que estão a ser deslocalizados para o Centro
de Saúde de Rio Maior. Ainda sobre esta questão informou que já estão ao serviço
mais duas médicas, pelo período de noventa dias, as quais aguardam a abertura de
procedimento concursal. Disse ainda que tudo fará para que as citadas médicas
fiquem no concelho de Rio Maior
Seguidamente deu conhecimento que o IC 2 já foi aberto ao trânsito e referiu que,
quando o município é informado sobre novas intervenções dá de imediato
conhecimento à Junta de Freguesia de Asseiceira
No âmbito da assinatura do protocolo relativo aos Planos de Segurança informou
que a Autoridade Nacional se disponibilizou para apoiar a sua elaboração
No que respeita às transferências para as Juntas de Freguesia informou que já
foram apresentadas as prioridades e também já foi comunicado os valores a transferir
durante o ano de dois mil e quinze. Salientou não haver duplas interpretações e caso
isso de verificasse estava disponível para as esclarecer
Reportou-se seguidamente à questão das águas e informou que entrou em vigor
no dia 1 de junho o Decreto-Lei que extinguiu as Águas do Oeste e que criou as Águas
de Lisboa e Vale do Tejo e que prevê que todas as posições assumidas serão
transferidas para esta nova entidade, o que poderá abrir a possibilidade de novas
negociações, nomeadamente na questão dos caudais. Existe a necessidade de fazer
um conjunto de investimentos no município de Rio Maior e opinou que, dos serviços
que a autarquia presta aos munícipes, o de distribuição da água é dos mais
importantes e solicitou a colaboração de todos para trabalharem conjuntamente na
procura das melhores soluções
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Agradeceu os esclarecimentos prestados sobre esta matéria e disse que os
municípios continuavam a ser surpreendidos pelas decisões da Administração Central

que não têm em conta os interesses das populações. Referiu que sempre defendera
que a água devia ter um preço uniforme em todo o País. Opinou também que a
Câmara não deve pensar em privatizar o setor das águas, devendo, no entanto, ser
um sistema eficiente e sustentável
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
De novo no uso da palavra e ainda sobre a TAP disse que a história dirá quem
tem razão
Sobre a publicação do Decreto-Lei 94/2015 referiu que esta política era pensada
ao pormenor no sentido de afastar os municípios da gestão da água. O objetivo
estratégico dos neoliberais é que a água como bem público e não é só em Portugal, é
privatizar a água e deve ser visto com uma dimensão política internacional e como
fonte de riqueza porque ninguém vive sem água. Aditou que deve ser também
analisada a questão do desperdício da água no Concelho de Rio Maior assim como da
eletricidade, dado o volume de despesa nestas duas áreas no orçamento global da
Câmara. Terminou este assunto opinando que a Autarquia tem que ter capacidade
política para decidir
PRESIDENTE DA CÂMARA
Opinou que deve ser a Câmara a fazer a distribuição em baixa, mas o sistema
tem que ser sustentável, daí a necessidade urgente de avançar com o investimento
para se conseguir prestar um melhor serviço
ORDEM DO DIA
PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
DESPACHO Nº 34/2015, DE 25 DE MAIO — CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES EM
NOME DE ARMINDO FERREIRA DOS SANTOS
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e
parecer emitidos, ratificar o despacho nº 34/2015, exarado ao abrigo do nº 3 do artigo
35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que determinou a emissão da certidão de
aumento de compartes
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
DESPACHO Nº 35/2015, DE 25 DE MAIO — AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO
DE ÁGUA NO CONCELHO — SUSPENSÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA

A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho nº
35/2015, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 25 de maio do corrente ano,
ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo
qual se determinou a suspensão total dos trabalhos da empreitada por um período de
45 dias, nos termos fundamentados da referida informação técnica
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
DESPACHO Nº 36/2015, DE 27 DE MAIO — AQUISIÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO —
PRORROGAÇÃO DO PRAZO
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho emitido
pelo Senhor Vice-Presidente, datado de 27 de maio do corrente ano, no qual foi
determinado a aprovação da prorrogação do prazo para apresentação de propostas, de
acordo com o solicitado pela Empresa Açoreana Seguros, S.A
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
DESPACHO Nº 38/2015, DE 2 DE JUNHO — AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O
ANO LETIVO DE 2015/2016
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho em
apreço, através do qual a Sra. Presidente da Câmara Municipal aprovou a retificação às
peças do procedimento e a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas,
nos termos do Anexo II da informação n.º 28/SUASE/2005,
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Lamentou que mais uma vez se verifiquem erros nos procedimentos concursais
elaborados e solicitou à Senhora Presidente para apresentar esta questão na
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, exigindo qualidade na apresentação dos
concursos, pois quase todas as reuniões surgem retificações a fazer
VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA
Disse que este despacho era o exemplo do que acontece com os assuntos que são
tratados pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e que deviam se tratados

pela Câmara Municipal, o que evitaria esta questão da revisão dos cadernos de
encargos
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com um
voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo
Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, que se
transcreve na íntegra:transcreve na íntegra:
"Votei contra para, modestamente, poder alguém sinalizar que é preciso fazer
diferente, porque se todos votarmos de igual modo o que acontece é que, nem os
decisores se aperceberão do que estão a fazer."
DESPACHO Nº 40/2015, DE 5 DE JUNHO — AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE TEMPORÁRIA —
FESTA DE SANTO ANTÓNIO — AZINHEIRA
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho n.º
40/2015, de 05-06-2015, no âmbito do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013,
de 12 de Setembro
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção.
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO II – DOCUMENTOS DEBITADOS REFERENTES AO ANO DE 2006
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a anulação da
referida receita, conforme determina o nº 1 do artigo 48 da Lei Geral Tributária
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO III – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO
2014/2015 –LISTA DEFINITIVA DE BOLSEIROS
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a lista definitiva
de bolseiros candidatos à primeira atribuição de Bolsas de Estudo para alunos do
ensino superior, ano letivo 2014/2015, nos termos da informação técnica nº
27/SUASS/2015, de 27 de maio
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes



e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, aprovar
a Adenda ao Contrato-programa ao financiamento no âmbito do Programa de
Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.ºCiclo do
Ensino Básico, que no ano letivo 2014/2015, foi atribuído o valor de 0,18€
efeição/aluno
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO VI – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOLAR TÉRMICO NOS CENTROS ESCOLARES
DE ALCOBERTAS, POETA RUY BELO, FRÁGUAS, RIO MAIOR Nº 1, RIO MAIOR Nº 2 E
CRECHES DA CHAÍNÇA E DE MALAQUEIJO
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, emitir parecer prévio
vinculativo, para abertura do procedimento de ajuste direto ao abrigo do regime geral
para aquisição de serviços para manutenção do sistema solar térmico dos Centros
Escolares de Alcobertas, Poeta Ruy Belo, Rio Maior Nº1 e Nº2 e Creches da Chainça
e de Malaqueijo, de acordo e nos termos da informação do Chefe da UOPEPEAF
datada de 27-5-2015
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção.
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO VII – VISTORIA DE REABILITAÇÃO URBANA, PRAÇA DA REPÚBLICA, 44 E RUA
DA NAZARÉ Nº 5, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO CARLOS PRUDÊNCIO
DUARTE - PROCESSO Nº 2/2015
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações
em apreço, determinar a realização da vistoria ao prédio urbano sito em Praça da
República nº 44 e Rua da Nazaré nº 5 em Rio Maior
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção.
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO VIII - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES, EM VIVENDA, FREGUESIA DE
RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA GABRIELA MORAIS P.C. FRAZÃO - PROCESSO Nº
122/2015
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação
técnica e parecer do Chefe da UUPOT, certificar que não se vê inconveniente à
constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para os prédios rústicos,
sito em Vivenda, na Freguesia de Rio Maior, inscritos na matriz sob os artigos 16, 17,
18, 19 e 29 da Secção AG, na medida em que deste pedido não resulta qualquer
indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo
com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e
republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO IX - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO, EM ESPADANAL, FREGUESIA DE RIO
MAIOR, EM NOME DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE DANIEL CARDOSO TORRE -
PROCESSO Nº 123/2015
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação
da Topografia de 29/05/2015, certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico
inscrito na matriz sob o artigo 94 da secção AS, sito em Espadanal, Freguesia e
Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo
63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Solicitou informação sobre a localização da estrada porque a cartografia não era
esclarecedora e disse que este tipo de assuntos deviam ser agendados com mais
antecedência para permitir a visita dos Vereadores ao local
Por solicitação da Senhora Presidente da Câmara, o Chefe de Unidade de
Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, Jorge Peixoto, prestou os
esclarecimentos solicitados
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO X - COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE - DEPOMOR
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos pareceres
emitidos, deferir o pedido de instalação de painel publicitário, nas imediações da
estrada nacional 114, junto à entrada principal do Parque de Negócios de Rio Maior,
condicionado ao parecer emitido pela Unidade de Urbanismo, Planeamento e

Ordenamento do Território.
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção.
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
PONTO XI — COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE — MUNICÍPIO DE CANTANHEDE
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta é, em face dos pareceres emitidos, deferir
o pedido de instalação de painel publicitário, na Avenida de Portugal, junto à rotunda
da Freiria, em Rio Maior, condicionado ao parecer emitido pela Unidade de
Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território. Mais deliberou aprovar a
isenção de pagamento das taxas devidas nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo
22.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Disse concordar com a isenção do pagamento de taxas e opinou que o município
de Rio Maior devia potenciar mais o protocolo com a Câmara Municipal de
Cantanhede no âmbito da sua geminação. Sugeriu também que o Executivo pense em
geminar Rio Maior com cidades que tenham tido campeonatos ou jogos olímpicos,
porque como cidade capital do desporto deve tentar criar parcerias com uma
dimensão europeia e mundial.
VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO
Concordou com a proposta apresentada e referiu que Rio Maior deve ser
colocado num patamar elevado e associar-se às melhores práticas mundiais e aos
melhores exemplos da gestão das cidades e quando se referira ao eventual programa
comemorativo dos trinta anos da cidade de Rio Maior, a sua pergunta ultrapassava a
questão das pessoas que poderão ser homenageadas nessa data, era no sentido de
alertar para a necessidade de qualificar a cidade a nível simbólico e também prático
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
PONTO XII - ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO
DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta é, em face das informações em apreço e
de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo,
iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento dos Horários de

Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de
Serviços do Concelho de Rio Maior ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do
artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no
sítio da Internet do Município
Mais deliberar delegar na Chefe de Unidade Administrativa e Recursos Humanos a
direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez
pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias
específicas
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO
Indicou o sentido de voto como favorável porque face à publicação do Decreto-
Lei 10/2015, de 16 de janeiro torna-se necessário fazer o ajustamento, pois quer do
ponto de vista das alterações legislativas introduzidas, quer das legais, espera que o
interesse público seja garantido e a livre iniciativa privada seja assegurada
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
(O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo ausentou-se da sala durante a
discussão e votação do ponto XIII por estar impedido de votar.)
PONTO XIII — TASQUINHAS 2015 — TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES
DIVERSAS
A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta é, nos termos da informação em apreço,
aprovar a atribuição de verbas às Associações, Coletividades, Clubes desportivos e
Instituições Particulares de Solidariedade Social, participantes na XXX Edição da Feira
de Gastronomia, Artesanato e Doçaria – Tasquinhas 2015, no valor total de
18.263,50€ (dezoito mil, duzentos e sessenta e três euros e cinquenta cêntimos)
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita
pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, que se transcreve na íntegra
"Votei favoravelmente esta proposta de transferência de verbas para cada uma
das coletividades constantes da presente relação, no pressuposto de que, no que diz
respeito a cada uma destas entidades existe processo individual que justifica a razão
da transferência e o envolvimento no certame."
(O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo voltou à sala.)

A PRESIDENTE DA CAMARA
Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara
Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente
reunião,
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. –
ENCERRAMENTO
Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu
por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou
minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na
reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por
mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.
A PRESIDENTE DA CÂMARA:
A COORDENADORA TÈCNICA:

